



CURSO LITERACIA DIGITAL PARA O MERCADO DE TRABALHO

Maria Potes Barbas, mariapbarbas@gmail.com, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém; Nádia Lopes, nadia.lopes@ese.ipsantarem.pt, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém; Mário José, mario.jose@ese.ipsantarem.pt, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém; Pedro Matos, pedro.matos@ese.ipsantarem.pt, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém

RESUMO:

O presente artigo pretende abordar o primeiro curso, não conferente de grau, no Ensino Superior em Portugal, destinado a jovens com dificuldade intelectual e desenvolvimental com um grau de incapacidade igual ou superior a 60%, e quais os resultados do primeiro ano. Serão mencionados os argumentos da pertinência e relevância da construção deste curso. No final falaremos sobre a ação que estamos a construir destinada à empregabilidade, destinada a este público alvo. Em 2017/2018, o número de crianças e jovens com necessidades educativas com programa educativo individual (Decreto-Lei n.º 3/2008), em todo o sistema, era de cerca de 87000. Cerca de 12500 destes estudantes tiveram CEI (Currículo Específico Individual). Apenas no Ensino Secundário, encontravam-se 15000 jovens com necessidades específicas de educação (DGEEC, 2018). Neste sentido, “iniciativas inclusivas, facilitadoras do acesso e da frequência de todos os estudantes no ensino superior, devem ser apoiadas” (Diário da República, n.º 34/2017, Série II, de 16 de fevereiro). E é por isso que se assume como princípio a ideia de que “tornar o ensino superior acessível a todos e mais democrático é tarefa do Estado e da sociedade” (CNE, 2017: 7-8). A concretização da Constituição da República Portuguesa e da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência exige medidas positivas do Estado, “no sentido de criar condições, não apenas para o acesso, mas para a sua frequência em condições de efetiva igualdade no sucesso educativo” (CNE, 2017: 17). Cabe, assim, às instituições de ensino superior “instituir políticas de inclusão e demover ações de exclusão, valorizando cada vez mais ações pautadas no respeito pela diversidade, considerando o papel que as mesmas assumem ao longo da história da sociedade” (Castanho & Freitas, 2006: 98). Em consonância com este enquadramento, surge assim a necessidade de implementar o curso de “Literacia Digital para o Mercado de Trabalho” na Escola Superior de Educação do IPSantarém. Este curso, não conferente de grau, apresenta-se como uma réplica do modelo que funciona há 12 anos, na Universidade Autónoma de Madrid. A ESE/IPSantarém propõe a implementação desta Formação na realidade portuguesa ao longo de dois anos letivos. Importa referir que o curso tem a duração de quatro semestres e implementar-se-ão em



todas as unidades curriculares os programas cedidos gentilmente pelos colegas madrilenos, embora com as devidas adaptações à realidade portuguesa. O curso destina-se a jovens com dificuldade intelectual e desenvolvimental com um grau de incapacidade igual ou superior a 60%. É um programa inovador e solidário, cuja particularidade mais relevante é o facto de ser o primeiro modelo de formação de educação inclusiva em contexto de ensino superior para deficiência intelectual. Isto faz com que seja um modelo de referência e de formação para outras experiências, sendo as principais características o desenvolvimento pessoal, o bem-estar, a inclusão social e laboral a partir do ambiente de formação superior da Escola Superior de Educação de Santarém. O curso que se apresenta irá assim dar resposta ao ponto 8.1 do Parecer “Estudantes com Necessidades Educativas Especiais no Ensino Superior” do Conselho Nacional de Educação: “Tornar o ensino Superior acessível a todos e mais democrático é tarefa do Estado e da Sociedade” (2017: 7).

Palavras-Chave: Educação, Literacia, Digital, Inclusão, Inovação

Relevância e pertinência

Iniciou na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém, um curso pioneiro em Portugal que se inspira num modelo com já 12 anos de funcionamento na Universidade Autónoma de Madrid não conferente de grau em “Literacia Digital para o Mercado de Trabalho”, que se destina a jovens com Dificuldade Intelectual e Desenvolvimental (DID). Embora não confira qualquer grau ou título, os estudantes receberão uma certificação que os habilitará ao exercício de profissões. A 1ª edição do curso conta com 11 inscritos, selecionados entre 18 candidatos, está em atingir o fim da fase letiva após o que os alunos seguirão para uma fase de estágio remunerado em contexto de trabalho.

Esta formação, cuja pertinência e relevância social, pedagógica e científica teve início no mês de Outubro de 2018, em larga medida graças à motivação e persistência de um vasto conjunto de pessoas e especialmente da sua coordenadora e da equipa que a acompanha. A formação foi proposta e aprovada nos órgãos próprios da Escola Superior de Educação e do Instituto Politécnico.

É importante realçar que os estudantes deste curso têm origem em várias regiões para além da região de Santarém, como seja, por exemplo, os provenientes da região de Lisboa ou Évora. A necessidade de implementar um programa desta natureza em Portugal surge associada a uma das maiores dificuldades de hoje, que é a de orientar os jovens, com dificuldade intelectual e desenvolvimental, com a falta de resposta de formação profissional adaptada, preparando-os para, em função das suas capacidades, se poderem integrar no mercado de trabalho, permitindo a sua parcial independência. Acresce ainda mais a sua importância com o novo quadro legal, em vigor a partir deste



ano, e que obriga à contratação de pessoas com deficiência em entidades com mais de 75 colaboradores. Posto isto, acreditamos que a aposta na implementação desta formação é tão importante e é fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva, na medida em que é diretamente direcionada para a empregabilidade, potenciando, melhorando e facilitando a construção do perfil profissional de cada estudante.

De uma forma geral, o nosso País é generoso e caritativo. Melhor ou pior, a Família, os Amigos, as IPSS e o Estado acolhem ou ajudam, em nome de princípios morais e sociais, os mais desprotegidos. Contudo, é uma evidência que, nos casos da deficiência, as políticas e o protocolo de ajudas sociais se nos direitos humanos mas não o suficiente, na criação de condições para que estes jovens se tornem, na medida do que lhes é possível, cidadãos com deveres e responsabilidades, o que é indispensável para serem Pessoas

Felizes e se sentirem incluídos, também, na sua capacidade de subsistência e independência. Foi por esta razão, que avançamos na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém para a concretização deste curso, concebido em total coerência com as recomendações do Conselho Nacional de Educação (2017) de “tornar o ensino superior mais inclusivo, gestor e facilitador do acesso a todos os estudantes sem exceção”.

De seguida iremos enumerar argumentos de pertinência e de relevância deste Curso em quatro níveis complementares:

1. É pertinente e relevante no **contexto do País**, já que corresponde a uma necessidade real que está identificada (inclusive pelo grupo de trabalho interinstitucional cujo relatório foi divulgado há menos de 1 ano-GT-NECTES, 2017), é único no tipo de resposta que oferece, é o primeiro no País, mas desde já tem em perspetiva a sua disseminação. Em 2017/2018 o número de crianças e jovens com necessidades educativas especiais com programa educativo individual (DL 3/2008), em todo o sistema, era de cerca de 87000. Cerca de 12500 destes alunos tiveram CEI (Currículo Específico Individual). Apenas no Ensino Secundário encontravam-se 15000 jovens com necessidades específicas de educação (DGEEC, 2018). A transição para o ensino superior, no terminus do ensino obrigatório, na vida dos jovens com necessidades específicas de educação cria-se uma ruptura violenta, e perde-se “(...) toda a estrutura de apoio posta à disposição pelo Ministério da Educação, para o ensino básico e secundário, com anos de estrutura, de experiência e profissionais especializados.” (p.11, GT-NECTES, 2017). Perdem não só os jovens e as famílias, mas o País também. Em termos das políticas públicas relacionadas com a Inclusão dos cidadãos com deficiência, tal como enunciadas na letra da lei, este curso oferece uma possibilidade de implementação efetiva com garantia de



controle / regulação / avaliação. A perspetiva de disseminação desta experiência a outros pontos do País encaminha no mesmo sentido.

2. É pertinente no **contexto do Ensino Superior em geral** porque envolve uma implementação experimental, que vai ser estudada/investigada e avaliada, o que corresponde a uma das missões fundamentais das IES: construir conhecimento (não é casual que para este primeiro grupo de 11 jovens o corpo docente seja constituído por cerca de 15 Doutorados e 3 Especialistas). Esta construção, por outro lado, ocorre no pleno exercício da autonomia pedagógica e científica de que as instituições de ensino superior estão investidas. No mesmo sentido, o trabalho que os docentes dedicarão a esta formação, justamente pelo que está implicado no trabalho de docência (e na própria carreira) ao nível do ensino superior, deverá ser considerado, atribuído e valorizado em plano de igualdade com o trabalho de docência de toda a restante formação inicial.

A relevância desta oferta ser no contexto de Ensino Superior deve-se também, ao facto de oferecer aos jovens a possibilidade de imersão num ambiente de aprendizagem estimulante, habitado por pessoas da sua idade, com quem naturalmente se podem identificar em vários aspetos, e que esses elos de identificação e de comunicação são, eles próprios, promotores de bem-estar e de aprendizagem (para todos!). Isso mesmo evidencia a experiência da equipa da Universidade Autónoma de Madrid, de quem colhemos a inspiração e o saber que nos propomos adaptar à realidade portuguesa. Isso mesmo se encontra em evidências de grupos de trabalho, debates, encontros em fóruns científicos, especialmente no campo da Educação Inclusiva, Psicologia Clínica e Educacional e mais recentemente da Neuroeducação.

3. É pertinente no **contexto do Ensino Superior Politécnico em particular**, porque oferece, não uma formação "avançada" (conferente de grau) mas uma formação de natureza técnico-prática com intuito de preparar para um trabalho autónomo; isso constitui outro elemento de pertinência relativamente àquela que é a missão deste subsistema do Ensino Superior. O mesmo se aplica à ideia de que a investigação que se produz neste contexto, precisamente dada a natureza da sua missão, se reveste de particularidades (entre outros, o caráter de ligação a praxis profissionais, a contextos).

4. É adequado no **contexto de uma Escola Superior de Educação** porque este é o local onde se formam os Educadores (lato sensu) para todo o sistema educativo, e onde os formadores, por maioria de razão, terão as melhores condições para garantir a maior qualidade de ensino a que os jovens têm direito. É adequado também porque todos os docentes, independentemente da sua área específica, estão conectados com a Educação, investigam em Educação, estão sensíveis à procura de melhoria e do seu próprio desenvolvimento profissional como formadores, e que este último, quando ocorre, só valoriza as próprias instituições de ensino superior.

É adequado, finalmente e até talvez sobretudo, porque essa é a vocação desta Escola.



A experiência da ESES em projetos de formação no âmbito da Educação Inclusiva teve início em 1990 com um CESE de Apoio Educativo a Populações Especiais. Seguiram-se Complementos de formação para licenciatura em Educação Especial, cursos de especialização Pós-Licenciatura em Apoio Educativo a Populações Especiais e em Diferenciação Curricular e Apoio à Diversidade. Mais recentemente, em 2008, realizaram-se cursos de formação em Educação Especial desenvolvidos pela DGIDC em articulação com as Instituições de Ensino Superior. Cerca de vinte anos depois do início da experiência de formação neste domínio, em 2011, a ESES inicia a sua aposta na Pós-Graduação em Necessidades Educativas Especiais no Domínio Cognitivo-Motor acreditada como curso de formação especializada. Recentemente, tem-se envolvido e tem desenvolvido iniciativas e práticas de Inclusão no Ensino Superior: Academia Politécnica; Projeto #TV T21 COMmunity# (e-Skills, social inclusion and employability); Projeto FoodPassport e Projeto Be.Safe. Alguns dos trabalhos produzidos no âmbito das formações e projetos referidos têm sido distinguidos com prémios, tem participado em discussões e debates públicos (Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, 2018, por exemplo). O próprio Instituto Politécnico de Santarém, integra o Grupo de Trabalho para o Apoio a Estudantes com Deficiências no Ensino Superior (GTAEDDES), consta no Balcão incluiES e integra a rede colaborativa do Observatório da Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior (ORSIES) em que um dos objetivos é reforçar a consciência e a ação cívica da comunidade das IES, nomeadamente, no tocante aos direitos humanos e políticas de inclusão social; a justiça, a transparência e a equidade nas políticas de acesso às IES; a promoção do sucesso educativo e combate ao abandono; a promoção da empregabilidade e da aprendizagem ao longo da vida; e a conceção e implementação de políticas públicas de Ensino Superior.

Apraz-nos registar e informar que este curso é detentor do **1º selo Ação INCoDe.2030**, atribuído por proposta do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, reconhecendo-se assim publicamente o elevado mérito que encerra. Recebemos também outro prémio, atribuído pela ACES Lezíria, intitulado "**Movimento Escola de Afetos, Escola de Sucesso**". Com o projeto **E-portfólios**, desenvolvido com os alunos durante a unidade curricular "Construção do Perfil Profissional", ganhamos o **prémio de Inovação** no Prémio Poliempreeende 2019.

Importa referir também que, a meados de setembro a coordenação do curso criou um grupo na aplicação WhatsApp com todos os estudantes onde, de forma mais fácil e rápida, se pudesse transmitir todas as informações relativas ao curso e onde os estudantes pudessem também tirar dúvidas. Rapidamente este grupo tornou-se no maior veículo de comunicação entre estudantes e coordenação do curso.

Neste momento está em fase de um estudo uma análise a todas as conversas que os estudantes e coordenação mantiveram desde o dia 26 de setembro de 2018 até ao dia



17 de fevereiro de 2019. Foram contabilizadas mais de 3.000 mensagens sobre assuntos diversos.

Olhares de futuro: *Escape Room*

Pretende-se, com este curso, promover o ajustamento do perfil de competências dos jovens estudantes às necessidades específicas do mercado, e em particular das empresas e entidades parceiras do curso em “Literacia Digital Para o Mercado de Trabalho”. Para a prossecução deste objetivo concorrem várias abordagens pedagógicas, integrantes do Plano de Estudos que integra conteúdos e pedagogias diversas relacionados, com os seguintes objetivos específicos:

- Identificar potenciais contextos laborais para estágios e futuras oportunidades de emprego;
- Promover a interação com as entidades parceiras para identificação de necessidades dos contextos laborais e sua caracterização.
- Desenvolver aprendizagens contínuas, autodirigidas e autónomas, que permitam o desenvolvimento das competências adequadas aos contextos laborais.

É neste âmbito que surge assim a ideia de construir um ***Escape Room*** para este público alvo. Trata-se de um espaço de capacitação onde será colocada em prática uma metodologia de jogo, um exercício que combina uma experiência imersiva lúdica e ao mesmo tempo um propósito pedagógico muito forte, especificamente desenhada para o efeito e para este tipo de público alvo. Desenhado para pequenas equipas, consiste na experientiação de cenários imersivos onde é explorada a forma como alguns comportamentos-chave são manifestados sob pressão ou em contextos mais adversos, e em ambiente de grupo.

Ao entrarem numa sala, os participantes são confrontados com a pressão do tempo e de um objetivo a atingir, reforçados por um *countdown*, colocando-os numa situação amplificada dos momentos-chave para a sua inclusão no mercado de trabalho, como seja a entrevista, os seus primeiros dias de estágio, ou mesmo o seu dia-a-dia profissional, onde o tempo é invariavelmente curto e o ambiente diferente do habitual, e como consequência, nem sempre nos permite tomar as melhores decisões.

Consegue-se assim, e em consequência, num curtíssimo espaço de tempo, amplificar os comportamentos naturais de cada pessoa, permitindo que se identifiquem traços de personalidade, competências mais e menos destacadas, atitude perante a pressão ou a incerteza/desconhecido, a até compromisso para com o grupo.

Este “jogo” será jogado nas instalações da ESES do IPSantarém, onde se pretende dotar uma sala de meios técnicos e materiais de apoio ao “jogo”, mas sempre preparada para um máximo de 20 pessoas, divididas, o caso deste curso, em equipas de 2 ou 3 elementos cada.



Assim e de forma específica, foram construídos os seguintes objetivos para este projeto de Escape Room e Escape Games:

- Proporcionar uma experiência que amplifique os comportamentos naturais dos participantes permitindo aos observadores um registo mais fiel das reações aos desafios propostos.
- Facilitar e acelerar o desenvolvimento de competências para a empregabilidade e inclusão de jovens com DID
- Proporcionar uma experiência diferenciadora aos participantes em contexto de formação comportamental e assessment, entre outros exercícios de análise e desenvolvimento de competências.
- Criar mais um elemento diferenciador da Formação para a Literacia digital para o mercado de trabalho, potenciando a predisposição para a realização de projetos integrados, com outras escolas Superiores e Politécnicos, assim como estimular a participação em novos desafios, como seja a criação de um Scape Room Challenge.

Este projeto terá a duração de 12 meses (a iniciar em Junho de 2019 e a terminar em Junho de 2020) coincidindo com a preparação dos estágios dos estudantes para o mercado de trabalho.

Pretende-se com este projeto, a melhoria e consolidação deste modelo pioneiro de Formação Inclusiva, capaz de ser replicado, a nível nacional e internacional, em linha com os princípios preconizados para uma Sociedade Inclusiva, tanto em termos tecnológicos, sociais, como económicos e de empregabilidade, e assente nas linhas estratégicas das “Digital Skills for Jobs”.

Conclusão

Em súmula, através da criação deste curso, queremos contribuir que os estes Jovens estejam preparados para serem mais autónomos e contribuintes ativos, das causas sociais e ambientais. Temos a convicção que, acessoriamente, este projeto de valorização humana e de reabilitação social, será um exemplo dinamizador junto da sociedade contribuindo com o testemunho e exemplo de cada um, para desencadear e disseminar comportamentos mais saudáveis, mais solidários e responsáveis na sociedade

Portuguesa.

O nosso objetivo será, a partir de 2020, disseminar as boas práticas e partilhar com os Politécnicos, Universidades e Instituições/Associações para que este modelo único e pioneiro possa ser replicado pelo nosso Portugal.

É de notar que nenhum estudante desistiu no findar do primeiro ano. Outra conquista importante, foi a inscrição em unidades curriculares do curso de Literacia Digital para o Mercado de Trabalho, de alunos interessados no referido curso e que não integraram o



plano de estudos de início. Esta é uma possibilidade prevista no DL 74/2006, de 24 de março, nomeadamente no artigo 46º.

Tudo o que foi desenvolvido (apresentações digitais, fotografias, vídeos, participação em conferências, prémios, entre outros) ao longo deste primeiro ano letivo está disponível na página web do curso <http://w3.esesantarem.pt/literaciadigital/>

FONTES REFERENCIADAS:

DGEEC (2018). Necessidades Especiais de Educação 2017/2018 – Estatísticas Oficiais. Disponível online, em

[http://www.dgeec.mec.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=905&fileName=DGEEC_DSEE_DEEBS_2018_NEE1718_BreveSinte.pdf](http://www.dgeec.mec.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=905&fileName=DGEEC_DSEE_DEEBS_2018_NEE1718_BreveSinte.pdf)

GT-NECTES (Grupo de Trabalho para as Necessidades Especiais na Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2017). Relatório Final. Disponível online, em

<https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=f2c9f2be-0645-42f6-90c6-e57f1fb42a39>

Página web do curso que nos inspirou da *Fundacion Prodis*, a funcionar na Universidade Autónoma de Madrid <https://www.fundacionprodis.org/programas-servicios/promotor/>



DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E MEDIAÇÃO DA APRENDIZAGEM, UM OLHAR SOBRE AS ESTRATÉGIAS VERBAIS

Kátia Cristina Novaes Leite (APAE); Karine Leite (APAE); Juliana Cristina Salvadori (UNEB)

RESUMO

A Arte e suas múltiplas linguagens é meio de focalização e ampliação de nossas capacidades criativas e cognitivas, fundamental para a formação de pessoas na escola ou em outros ambientes sociais. O trabalho pedagógico associado à arte está presente nas escolas especiais desde a sua fundação e tem papel preponderante na construção da educação para pessoas com deficiência no Brasil. Nessa perspectiva, este artigo deriva da dissertação de Mestrado “Artes visuais e deficiência intelectual: Aprendizagem através da Arte-Educação, um Estudo de Caso na APAE de Jacobina-BA”, cuja pesquisa investigou como a Arte-Educação pode mediar a aprendizagem de alunos com Deficiência Intelectual. Neste recorte estabelecemos uma relação entre as dificuldades apresentadas por alunos com deficiência intelectual e as estratégias pedagógicas verbais utilizadas no processo de mediação para apreciação em artes visuais. A discussão tem aporte teórico nos estudos sobre apreciação de arte de Robert Willian Ott e sua abordagem intitulada *Image Watching*, sistema de crítica artística, divulgado no Brasil desde 1988, por Ana Mae Barbosa. O método, inicialmente desenvolvido para museus, foi adaptado como proposta para salas de aula e envolvem questionamento, busca, descoberta e o despertar da capacidade crítica dos alunos, corroborando com a Teoria Sócio Histórica. Como resultados apresentamos um protocolo com dez estratégias pedagógicas verbais utilizadas pela professora de Arte-Educação que pode ser seguido na mediação pedagógica de qualquer outra disciplina ou conteúdo para o público alvo da educação especial, tanto em atendimento educacional especializado quanto na sala de aula comum.

Palavras-chave: Deficiência intelectual. Arte-Educação. Mediação. Estratégias Pedagógicas. Teoria Sócio Histórica.

INTELLECTUAL DISABILITY AND MEDIATION OF LEARNING THROUGH VERBAL STRATEGIES

ABSTRACT